
Expansão da produção de soja na microrregião do Alto Pantanal/MT: conflitos e perspectivas sustentáveis

Expansion of soybean production in the Alto Pantanal/MT microregion, Brazil: conflicts and sustainable perspectives

Valéria do Ó Loiola * 

João Edmilson Fabrini ** 

Resumo

A expansão da monocultura de soja é um fenômeno recente na microrregião do Alto Pantanal mato-grossense. Assim, este artigo objetiva analisar os principais fatores propulsores para a expansão da soja na região, identificando os conflitos que emergem dessa produção e o papel da agroecologia como estratégia de resistência frente à expansão capitalista no campo. No contexto dessa expansão, é notória a bifurcação entre agronegócio, ancorado na produção de grãos para fins de abastecimento do mercado mundial, e a agricultura camponesa, voltada à produção familiar de alimentos, inclusive agroecológica. Do ponto de vista metodológico, a abordagem envolve uma revisão bibliográfica calcada em obra de autores que tratam da questão agrária. A pesquisa e utilização de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, principalmente, de dados de trabalho de campo – entrevistas realizadas com os camponeses. A expansão da agricultura capitalista tem motivado conflitos e divergências entre agronegócio e camponeses, manifestando-se na contaminação do ar, solo e ar por agrotóxicos; desmatamento; dentre outras questões. Em meio às contradições no contexto de expansão da soja, emerge a perspectiva agroecológica adotada pelos camponeses. O recorte geográfico deste estudo é a microrregião do Alto Pantanal/MT, com destaque para os municípios de Cáceres e Poconé, que apresentam dados mais significativos da expansão deste monocultivo.

Palavras-chave: *commodities*; agronegócio; campesinato; sustentabilidade; Alto Pantanal mato-grossense.

* Universidade Federal da Grande Dourados, Pós-graduação em Geografia, Dourados, MS, Brasil.
E-mail: valeria.loiola@hotmail.com

** Professor Doutor da Universidade Federal da Grande Dourados, Pós-graduação em Geografia, Dourados, MS, Brasil. E-mail: joaofabrini@ufgd.edu.br

Abstract

The expansion of soybean monoculture is a recent phenomenon in the microregion of the Alto Pantanal of Mato Grosso. Thus, this article aims to analyze the main driving factors for the expansion of soybeans in the region, identifying the conflicts that emerge from this production and the role of agroecology as a strategy of resistance in the face of capitalist expansion in the countryside. In the context of this expansion, it is notorious the bifurcation between agribusiness, anchored in the production of grains for the purpose of supplying the world market, and peasant agriculture, focused on the family production of food, including agroecological. From the methodological point of view, the approach involves a bibliographic review based on the work of authors who deal with the agrarian issue. The research and use of official data from Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and, mainly, of fieldwork data – interviews conducted with peasants. The expansion of capitalist agriculture has motivated conflicts and divergences between agribusiness and peasants, manifesting itself in the contamination of the air, soil, and water by pesticides; deforestation; among others issues. In the midst of the contradictions in the context of soybean expansion, the agroecological production practiced by peasants emerges. The geographical section of this study is the microregion of Alto Pantanal/MT, with emphasis on the municipalities of Cáceres and Poconé, which present more significant data of the expansion of this monoculture.

Keywords: commodities; agribusiness; peasant; sustainability; Alto Pantanal matogrossense.

Introdução

A produção sojicultora tem desempenhado um papel crucial no impulso econômico de Mato Grosso no cenário nacional, consolidando sua posição como um dos principais líderes em produção e exportação dessa *commoditie*. A crescente expansão dessa produção na região está intrinsecamente relacionada à demanda do mercado mundial. Mato Grosso destaca-se como principal produtor e exportador de soja, visando atender a demanda advinda da indústria de alimentação animal e de biocombustível.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2023), Mato Grosso alcançou uma produção de soja de 45,6 milhões de toneladas, ocupando uma área plantada de 12,1 milhões de hectares, com uma produtividade média de 3.773 kg/ha. Mais de 60% da produção é destinada à exportação, enquanto apenas 39,3% são direcionadas ao consumo interno, destacando o estado como importante fornecedor global de soja. No entanto, tal expansão monocultora tem desencadeado transformações geográficas

significativas, especialmente na microrregião de Alto Pantanal, notadamente nos municípios de Cáceres e Poconé.

A conversão de florestas nativa em áreas de produção monocultora nesta região tem provocado impactos adversos para a biodiversidade, resultando em desvantagens significativas para as comunidades camponesas, como os agricultores assentados em Cáceres e Poconé, que tem culminado em diversos conflitos.

É importante destacar que a escolha em conduzir este estudo a partir de uma microrregião se deve às características similares existentes entre os dois municípios analisados. A divisão regional do Brasil em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas foi adotada pelo Sistema Estatístico Nacional em 1990, pela presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, segundo o IBGE uma microrregião é definida por suas especificidades quanto à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Desse modo, a não análise/enfoque nos outros dois municípios que compõem a microrregião do Alto Pantanal se dão devido ao baixo ou nulo percentual de produção de soja nestes. Esses dados impediriam uma análise eficaz, por não haver conflitos significativos entre as produções estudadas.

Ademais, é necessário destacar que a expansão do agronegócio da soja vem ocorrendo no bioma Pantanal, um ecossistema sensível às investidas do capital. Embora o estado de Mato Grosso disponha de legislação que limita a produção monocultora no Pantanal, o Projeto de Lei nº 8.830, de 21 de janeiro de 2008, não é suficiente para impedir a contaminação da água, solo e ar por agrotóxicos: “Atualmente, a soja passou a ser plantada em áreas com altitudes menores que 200 metros, principalmente na região norte do Pantanal, causando impactos diretos no pulso de inundação da planície” (ALMT, 2022).

Diante do cenário de degradação ambiental e impactos causados aos camponeses e comunidades tradicionais, têm emergido resistências, notavelmente na produção familiar de alimentos, incluindo os provenientes de práticas agroecológicas. Assim, de maneira contraditória à expansão da monocultura da soja nesse espaço, estão presentes práticas agroecológica realizadas pelos camponeses, sobretudo nos assentamentos de Cáceres e Poconé. Em um ambiente predominantemente controlado pelo agronegócio, a produção agroecológica emerge como resposta as investidas do capital no campo, concentrando-se na geração de alimentos essenciais à garantia da soberania alimentar das famílias camponesas. Essa iniciativa não apenas se configura como resistência às

adversidades ambientais e sociais, como também sinaliza a busca por atitudes mais sustentáveis, contribuindo com a preservação do ambiente pantaneiro e alimentação das famílias que residem e vivem do campo.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem combinada com a literatura com base em autores especializados, que discutem a questão agrária, possibilitando analisar as características geográficas da área estudada, bem como os conflitos e formas de resistências camponesas presente nessa região. Verifica-se, de um lado, a expansão da monocultura da soja, causadora de conflitos e degradação ambiental; e, de outro lado, as resistências camponesas diversas, como a produção agroecológica e seus virtuosos desdobramentos econômicos, sociais e ambientais.

A revisão bibliográfica baseada em autores que abordam e discutem a temática agrária, subsidiadas as consultas a dados de *sites* oficiais como IBGE, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da CONAB. Concomitante a pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa de campo com investigação e coleta de dados, visitas *in loco*, participante, e entrevistas junto aos camponeses. O processo de seleção dos assentamentos a serem investigados baseou-se na observação e visitas na área de estudo, buscando identificar assentamentos próximos às lavouras de soja ou aqueles com assentados que são conhecidos por liderar a luta e resistência frente ao avanço do modo capitalista de produção no campo. O contato prévio foi estabelecido por meio de indicações dos assentados ou por indicações obtidas no Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios em estudo.

Assim como descrito por Brandão (2007), que assevera que ao chegar na comunidade a ser pesquisada, primeiramente é necessário o conhecimento prévio e observações às localidades a serem pesquisadas, buscando por informações em estabelecimentos comerciais presentes na área, como bares, mercadinhos, escolas e outros. E assim, conhecendo a realidade local, conversas informais buscamos aproximações junto as pessoas que ali residem. E assim, pouco a pouco construindo uma teia de contatos e possibilidade de entrevistas para alcançar os objetivos propostos.

No decorrer da pesquisa de campo foram entrevistadas 43 famílias camponesas assentadas, inseridos na luta e que contribuiram ativamente com a pesquisa. A condução das entrevistas foi realizada por meio de questionário e roteiro de pesquisa, com anotações registradas no caderno de campo, observações dos dias de trabalho, obtenção de imagens

e diálogos informais. Inicialmente, as entrevistas se deram por meio da formulação de questionário com questões abertas, para facilitar a fluidez dos diálogos. Ao término, os áudios foram minuciosamente transcritos, permitindo uma análise mais aprofundada e facilitando a identificação dos relatos que melhor contribuíram para responder às questões da pesquisa. Essa abordagem, assegurou a representatividade e a relevância dos dados coletados, fundamentais para a análise e conclusão deste estudo.

Expansão do agronegócio monocultor de soja na microrregião de Alto Pantanal

A microrregião do Alto Pantanal, conforme dados publicados pelo IBGE, possui área de 53.384 km² e uma população total de 132.178 habitantes (IBGE, 2010). Do ponto de vista econômico, os municípios que integram esta microrregião apresentam como principais atividades econômicas a produção bovina, o turismo e extrativismo mineral. Como evidencia Mamigonian (1986, p. 45-6), no que se refere às características propulsoras à produção bovina, esta região apresenta a expansão da pecuária parcialmente independente do mercado. Essa autonomia é sustentada por uma estrutura fundiária favorável, custos mínimos de mão-de-obra, reprodução natural do gado e terras baratíssimas com imensos campos favoráveis.

Sendo assim, nota-se que três fatores foram propulsores para a expansão sojicultora estão contidos na citação acima: estrutura fundiária concentrada, mão-de-obra barata e terras negociadas a baixo custo. Essa tríade formam as condições ideal para o estabelecimento do capital na região. Destaca-se que, os municípios que compõem a microrregião de Alto Pantanal são Cáceres, Curvelândia, Poconé e Barão de Melgaço.

A produção sojicultora na microrregião está centralizada nos municípios de Cáceres com quatro estabelecimentos agropecuários e Poconé com oito estabelecimentos agropecuários dedicados a esta produção. Os municípios de Barão de Melgaço e Curvelândia ainda não possuem índices expressivos dessa produção (IBGE, 2017). Segundo dados publicados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (SEDEC/MT, 2021) a produção de soja na microrregião ocupa uma área de 24 mil hectares, com uma produtividade de 82 mil toneladas. A produção de soja no município de Cáceres teve início em 2004, quando iniciadas as primeiras investidas do setor produtivo capitalista. A partir desse momento, a área e a produção de soja

expandiram, chegando em 2020 a 49.848 toneladas de soja, com uma área plantada de 13.400 hectares (SEDEC/MT, 2021).

Diante desse contexto, torna-se essencial compreender a trajetória da introdução e do cultivo da soja sob a perspectiva global. Para Girardi e Fernandes (2004), que analisam o processo de territorialização da produção sojicultora, em escala nacional, considerando os municípios que apresentaram aumento da área plantada, registram incremento produtivo em 1.114 municípios. Os referidos autores evidenciam, ainda, que a soja, símbolo do agronegócio brasileiro, ao se territorializar, desterritorializa aqueles que estão no seu caminho, assim como ocorre com a produção familiar. Desse modo, os referidos autores evidenciam o efetivo aumento produtivo da soja em comparação a outros itens.

A soja foi o gênero agrícola que mais cresceu no período 1900-2001. Outros produtos também tiveram crescimento, porém não tão grande. Selecionamos alguns produtos e seus respectivos crescimentos no período de 1990-2002: algodão: 21,5%; amendoim: 41,2%; arroz: 40,9%; batata inglesa: 40%; cana-de-açúcar: 38,7%; feijão: 37,1%; milho: 68,3%; **soja: 111,7%**. A batata-doce teve um decréscimo de 21,8% e a mandioca de 5,2%. (GIRARDI e FERNANDES 2004, p. 4-5).

Com base na citação acima, é possível perceber o inferior crescimento da produção de alimentos básicos e que garantem a alimentação adequada aos brasileiros em relação à produção sojicultora. Tal fato reflete diretamente no acesso a uma alimentação saudável e equilibrada, quando o produto que mais cresce sua área de produção é uma *commodities* agrícola, como a soja.

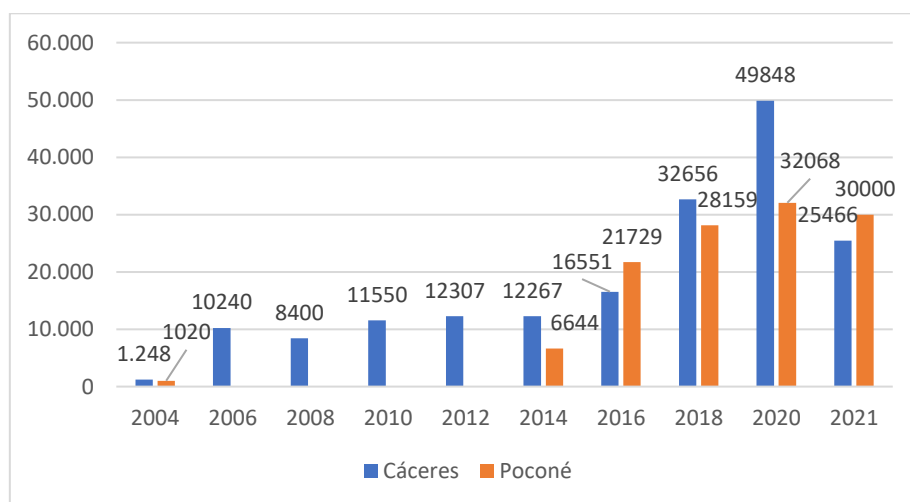
Na atualidade, Mato Grosso segue liderando a produção de soja no Brasil, com uma produção de cerca de 45,6 milhões de toneladas de grão (CONAB 2023), e considerando que, essa produção tem se expandindo em uma região pantaneira que até poucos anos atrás não era presente neste território. A microrregião do Alto Pantanal é constituída por municípios que contam com uma base econômica voltada à produção agropecuária, turismo e produção de gêneros alimentícios básicos, este último desenvolvida em pequenas propriedades de produção familiar.

Os dados discutidos nesta pesquisa são apenas os referentes aos municípios de Cáceres e Poconé, uma vez que ambos os municípios apresentam dados significativos de uso do solo pela produção de soja. Além disso, contam com assentamentos de reforma agrária que lutam e permanecem em um território com forte presença da agricultura capitalista.

No município de Cáceres, o plantio teve início em 2004, mas os dados que apontam para um significativo crescimento datam de 2015 e 2016. A área e a produção de soja se expandiram, chegando em 2020 a 49.848 toneladas de soja em uma área colhida de 13.400 hectares (SEDEC/MT, 2022).

Observa-se a partir do gráfico (Gráfico 1) a evolução da produtividade de soja nos municípios de Cáceres e Poconé no período entre 2004 e 2020, com um significativo crescimento da produção de soja. Em Cáceres, a produção passou de 520 toneladas em 2004 para 13.400 toneladas em 2020, representando uma variação percentual de aproximadamente 2.476,92%. Em Poconé, a produção evoluiu 3039,22% de 2004 a 2020. O Gráfico 1 demonstra o crescimento da produção de soja nos principais municípios produtores, ou seja, em Cáceres e Poconé, no período de 2004 a 2021.

Gráfico 1 - Produção de soja em Cáceres e Poconé



Fonte: IBGE. Produção Municipal, 2021. **Elab.:** autores, 2023.

Nota-se uma queda na produção da soja, sobretudo no município de Cáceres, no ano de 2021, ocasionado em parte pela estiagem que atingiu o município. Em Cáceres, a produção se concentra praticamente em quatro grandes estabelecimentos agropecuários de agronegócio, associada ao sistema ILP (Integração Lavoura-Pecuária). O crescimento da produção em hectares, em área plantada e colhida, apresentando uma variação no período de 2004 e 2020 de aproximadamente 2.476,92%.

No município de Poconé, esta evolução, foi de inicialmente 340 para 11.020 hectares respectivamente, apresentando uma expansão de 3.141,18%, com uma produção da soja concentrada em oito estabelecimentos agropecuários, sendo um desses a fazenda

Lagoa Dourada, campeã estadual na produção de soja em 2017/2018. A soja cultivada nessa fazenda a partir do ILP ocupa uma área de 1.500 hectares, conforme dados publicados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (2014). A Figura 1 retrata uma pequena parcela da fazenda Lagoa Dourada, em Poconé/MT em seu período de produção.

Figura 1 – Fazenda Lagoa Dourada em Poconé/MT



Fonte: Autores, 2022.

Como destaca Rossetto e Silva (2024, p. 12), o processo de territorialização de empresas estrangeiras associadas a produção de *commodities* e a expansão da fronteira agrícola, adentrando tanto no bioma Amazônico como no Pantanal tem se tornado questões preocupantes devida ambos os municípios terem seus territórios localizados na área de abrangência destes sensíveis biomas. O território de Poconé compreende uma área significativa de Pantanal, e foi premiado com o título de campeão estadual de produtividade de soja pelo Comitê de Soja Brasil (CESB), edição 2017/2018, com recorde produtivo de aproximadamente 100,41 sacas por hectare. Sendo assim, a fronteira agrícola passa a ocupar refúgios ecológicos importantes para a sobrevivências de espécies endêmicas nesta região.

Segundo Vila da Silva e Abdon (1998, p. 4), a área do Pantanal é de 138.183 km², e 48.865 km², o equivalente a 35,36% em Mato Grosso e 89.318 km² encontram-se localizadas no Mato Grosso do Sul, que equivalem a 64,65%. Desse percentual, os municípios de Cáceres e Poconé têm, respectivamente, 80,3% de área municipal e

Pantanal e Cáceres com 56,1% do bioma. Sendo assim, é notória a preocupação ambiental diante de expressivo crescimento da monocultura sob um sensível bioma.

A iniciativa de ampliação da produção em Cáceres foi impulsionada por incentivos por parte do poder público municipal em busca de investidores. A prefeitura municipal passa a fazer uso do discurso de “*Terra boa para soja*” e “*Terra de baixo custo*” (Figura 2). O convite destina-se a buscar por sojicultores que optassem por investir em Cáceres. O então prefeito salienta o lucrativo negócio ao investir nesse território: “*Este é um convite para que você, produtor de grãos e cereais, venha conferir as nossas terras altamente formadas por pastagens e que estão prontas para produzir soja e outros grãos com preços muito atrativos*” (Francis Maris Cruz. In.: Complexo Nascentes do Pantanal, 2014). Na fala do então prefeito, a finalidade era que o município de Cáceres passasse a ser conhecido como uma “nova fronteira” da soja em Mato Grosso, destacando a aptidão das terras cacerenses para a agricultura. Essa aptidão, no entanto, limita-se a pequenas áreas do território e que são, ainda, classificadas como “pouco favoráveis” em aptidão agrícola, uma vez que o município é parte do bioma Pantanal.

Figura 2 – Folder de propaganda destinada aos produtores de soja

Fonte: Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, 2014.

Outro fator que chama atenção são as terras divulgadas a um baixo custo, ou seja, R\$ 6 a 10 mil o hectare, preços bem abaixo dos encontrados em outras regiões do estado. Schlesinger (2014) destaca que o preço médio do hectare em Cáceres, no fim de 2013,

era de cerca de R\$ 7.500, em comparação ao preço em Sorriso, município com maior produção de soja do Brasil, em que o preço médio era de R\$ 30.000. Nesse sentido, o processo de expansão da soja em Cáceres e Poconé conta com forte contribuição do preço baixo das terras.

Com base na Planilha de Preços Referenciais de Terras, elaborada MRT-8 (Mercado Regional de Terras Pantanal), parâmetro técnico para o preço das terras, o Pantanal possui os menores preços da terra no estado, com uma média de R\$ 7.443,34 por hectare. Uma outra comparação que pode ser feita é com a região Centro do estado, que compreende cidades como: Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato, São José do Rio Claro, Sinop, Sorriso, Tapurah e Vera, com terras a um custo médio de R\$ 25.004,13 por hectare, tendo, entre estes, municípios com elevada produção sojicultora do Brasil (INCRA, 2019 p.12).

A prefeitura de Cáceres, em 2014, também buscando investidores para o município, informou outros benefícios, além dos baixos preços das terras que terão aqueles que quiserem produzir soja no município, tais como integração e logística, apoio técnico, segurança, dentre outros, expressos como um “canteiro de oportunidades” (Figura 3). Assim, esses benefícios são os principais fatores que proporcionam a inserção da soja no Pantanal; no caso, no município de Cáceres.

Figura 3 – Cáceres, um canteiro de oportunidades.



Fonte: Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, 2014.

Em Poconé, o valor da terra nua em 2020 era ainda menor em relação a Cáceres, de apenas R\$ 4.259,86. O estímulo para que essa cultura se consolidasse no município, bem como no Pantanal, deu-se por iniciativa do Grupo Bom Futuro, promovendo em Cuiabá o chamado “Dia de Campo da soja na Baixada Cuiabana”, visando, o que o grupo considera como “Quebra de Paradigmas” para demonstrar o potencial da cultura de soja em Poconé.

Na visão dos fazendeiros que estão plantando soja em Poconé, a fertilidade das terras, a baixa incidência de pragas e a facilidade de escoamento da produção são fatores que reduzem o custo de produção e transporte. A degradação das áreas de pastagens, que reduz a produtividade da criação de bovinos, também estimula a conversão para a produção de soja (Schlesinger, 2014 p. 34).

Observa-se que a expansão da soja na área estudada tem trazido um conjunto de prejuízos sociais, econômicos e ambientais. Segundo Schlesinger (2014), o sistema monocultor da soja não gera emprego, tampouco acarreta benefícios à população local, pois boa parte dos trabalhadores são especializados e vem de outras regiões.

Além disso, os prejuízos com a expansão da soja na microrregião de Alto Pantanal desdobram-se na existência de conflitos diversos, com os impactos causados pelo uso do agrotóxico, desmatamento, queimada etc. Assim, no próximo item esses conflitos serão detalhados e discutidos.

Conflitos territoriais no campo em Cáceres e Poconé – MT

A microrregião do Alto Pantanal mato-grossense possui notável incidência de conflitos, embates que nem sempre seguem os padrões tipicamente capitalistas. Esses conflitos têm sua origem na utilização da violência, intimidações e desrespeito a territórios ocupados por populações camponesas.

Os embates identificados se dão basicamente devido às divergências existentes entre distintas lógicas de produção e uso da terra. De um lado, o latifúndio, com sua premissa calcada na concentração de terras, especulação e uso da força, violência e poder, mesmo que estes se deem por meio de práticas ilegais – é o agronegócio imperando como grande produtor de monocultura no campo, agregado ao modo concentrador de terras para produção; e, do outro lado, o campesinato, que segue em oposição aos citados, desenvolvendo uma produção voltada à policultura de alimentos e utilizando-se do trabalho familiar estabelecido em pequenas áreas.

Um dos conflitos presente na área de estudo, em decorrência da crescente expansão da produção monocultora é quanto a utilização de defensivos agrícolas para eliminação de pragas e eficiência nas lavouras de soja, que afeta diretamente a saúde e produção da comunidade que vive próxima a esta produção monocultora. Crescem os casos de agrotóxicos presentes na água utilizada para o consumo humano, fato atestado pelo “Mapa da água” realizado pelo Reporte Brasil, que avaliou no Brasil a qualidade da água de 2018 a 2020.

As análises da água para o consumo em Cáceres, detectaram três substâncias químicas e radioativas acima do limite. Dentre essas substâncias, duas apresentam os maiores riscos de gerar doenças crônicas, como o câncer; e uma, acima do limite, que também pode acarretar doenças. Foram detectadas mais de 30 substâncias nocivas à saúde humana dentro do limite de segurança, e, dentre essas, muitas são provenientes do uso de agrotóxicos.

Em Poconé, as análises feitas na água atestam que todas as substâncias presentes estão nos limites de segurança exigidos, mas somam-se mais de 30 substâncias e, a grande maioria está presente devido ao uso de agrotóxicos. Nesse contexto, a partir da pesquisa é possível evidenciar casos de abuso do uso desses defensivos.

Nós fazemos parte da campanha contra os agrotóxicos, comitê popular em defesa das nossas águas. Vemos aqui um aumento de casos de depressão, câncer, resultado dos venenos, já aconteceu de passar com o avião de agrotóxico aqui por cima do assentamento. Foram encontrados 7 tipos de venenos aqui no assentamento, só no meu poço encontraram 3 tipos de veneno. Nossa luta é por produção limpa. A nossa resistência tem que ser permanente (Assentada no Roseli Nunes, liderança ativa em Cáceres, 2021).

A entrevistada, atualmente residindo em um assentamento na região, destaca-se como liderança ativa no processo de luta pela terra, preservação dos direitos das comunidades camponesas e na promoção do bem-estar social. Seu engajamento e contribuição para a conquista e implantação dos primeiros assentamentos no município foram fundamentais. Em sua residência, ela exibe com orgulho bandeiras de luta contra o uso dos agrotóxicos e em defesa de uma produção agroecológica, as quais adornam suas paredes. Ela compreende a importância da preservação do ambiente natural. Leva seu legado para todos os cantos do país em encontros e congressos cuja temática principal é a busca pela soberania alimentar dos povos e uma produção de alimentos limpa, livre de defensivos químicos.

Minha produção é toda agroecológica, procuramos produzir sem usar venenos, mas é difícil dizer que a produção está livre do agrotóxico porque estamos cercados pelo monocultivo. Ele passa jogando o veneno com avião, então não podemos dizer que não nos atinge, porque atinge sim, veja só nossa água, toda contaminada (Assentamento Facão, Cáceres, 2021).

Alguns camponeses também relatam como a produção é desenvolvida e o quanto é prejudicial quando algum vizinho utiliza o agrotóxico em seu terreno:

Aqui eu evito o máximo a usar veneno, eu não uso, mas meu vizinho do lado usa e o do outro lado usa também. Quando o de cá passa veneno, ele usa aquelas bombas motorizadas e aí esses matinhos mais moles do meio do meu lote morrem tudo e os da outra metade morre quando o outro vizinha passa o veneno e assim a gente acaba sendo atingido pelo veneno (Assentamento Cinturão Verde, Cáceres, 2021).

A produção e a criação de animais sensíveis aos venenos utilizados nas plantações representam perigo à integridade e sobrevivência de algumas espécies de insetos, como as abelhas, fundamentais à polinização e à produção de mel. Como relembra o entrevistado do assentamento Cinturão Verde (Cáceres, 2021), “Já aconteceu caso de contaminação por agrotóxico, eu tinha uns enxames de abelhas e não ficou uma, morreram todas.”

Entre as formas de pulverização das lavouras de soja presentes no entorno de alguns dos assentamentos, é comum a utilização de aviões ou pulverizadores terrestres visando a eficiência na utilização dos agrotóxicos necessários à produção capitalista. A intensa utilização de defensivos agrícolas cresce cada vez mais com o avanço da produção de commodities agrícolas.

Aqui, o avião já passou por cima do assentamento e as crianças estavam na escola, todas se sentiram mal devido ao forte odor do veneno. Somos vizinhos da fazenda e não tem como não sermos atingidos pelo veneno quando eles passam ali na soja. (Assentamento Chumbo, Poconé, 2023).

Dessa forma, é possível analisar que as distintas lógicas de produção, organização e uso da terra existentes, entre latifúndio, agronegócio e campesinato, acarretam situações de conflitos no campo. Esses conflitos e disputas territoriais geram embates e formas de resistência por parte da categoria mais afetada: o campesinato. Sendo assim, analisar conflitos presentes nessa região se torna importante para dar visibilidade aos camponeses que vivenciam cotidianamente as mazelas do campo.

Verifica-se, na atualidade, o avanço acelerado da produção de soja na região que integra a microrregião do Alto Pantanal, em Mato Grosso, contando com acesso a forte aporte de inovações tecnológicas. O estado apresenta significativa disponibilidade de

terras, associada ao seu baixo preço em relação às demais regiões, subsidiadas ainda com forte apoio financeiro público (subsídios governamentais), bem como oferta de infraestrutura de escoamento.

Uma das causas de conflitos nessa região, e é evidente que não se trata do único, no entanto, decorre da inserção da produção de soja na região pantaneira. O poder do capital tem provocado embates entre camponeses, latifundiários e proprietários do agronegócio. Desse modo, como analisa Alcerad (2004 *apud* Silva *et al* 2017), pode-se afirmar que, na atualidade, vivenciamos duas racionalidades que se contrapõem:

“[...] de um lado estão os camponeses, que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendendo-a pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos, o que é uma particularidade da produção camponesa; de outro, os latifundiários e produtores de monocultura, empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem e se apropriam do território como propriedade, veem-no como uma mercadoria passível de valoração monetária” (SILVA *et al*, 2017 p. 64).

Nesse contexto, é possível reconhecer as particularidades dos conflitos existentes entre camponeses e agronegócio nesta região. Ações empregadas tanto pelo latifúndio como por empresas do agronegócio buscam minar qualquer possibilidade de sobrevivência nos assentamentos próximos à produção de grãos. Tais ações visam tornar a região de difícil sobrevivência com o fim de que se consiga adquirir áreas a baixos valores de mercado.

O conflito se mostra presente ao se evidenciar a proximidade das lavouras de soja das comunidades locais, o que torna a produção de alimentos pela agricultura camponesa algo complicado devido às pulverizações, que, além de atraírem mais insetos, prejudicam a qualidade dos produtos das hortas. Esses conflitos são evidenciados pela reportagem do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* (2021), que entrevistou camponeses localizados na área de estudo desta pesquisa.

A soja tá bem aí, pertinho de nós. Onde eles trabalham, eles tacam veneno. Pra nós, que trabalha só com veneno caseiro, é um prejuízo, porque se tivesse uma mata livre, um campo livre, não tinha essa tropa de bichos atacando. A gente tem pouca força de debater isso, porque o rico tem mais prioridade que o pobre. (Coll, 2021 p. 2.).

A resolução do Conselho Nacional dos Direitos Humanos nº 24, de 16 de setembro de 2022, dispõe sobre a pulverização de agrotóxicos por aeronaves para prevenção e reparação de violações de direitos humanos. Recomenda-se que:

Art. 1º As aplicações de agrotóxicos por aeronave agrícolas e aeronaves remotas pilotadas devem atender requisitos e disposições desta Resolução, a fim de mitigar riscos e evitar violações aos direitos humanos ambientais, sociais, culturais, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais. (BRASIL, CNDH 2022).

Nesse sentido, é evidente que a legislação nem sempre está sendo levada em consideração devido à grande proximidade de fazendas ligadas ao agronegócio sojicultor e comunidades camponesas que vivem basicamente da agricultura de subsistência e criação de animais. A distância entre estes quase sempre é apenas uma estada que os separam. Encontrando com frequência, camponeses relatando casos de intoxicação, mal-estar e diversos outros problemas, devido ao forte odor dos venenos pulverizados nas lavouras.

A produção camponesa, calcada em práticas agroecológicas e visa o bem-estar do ambiente natural e a produção de alimentos orgânicos e sustentáveis. Além dos problemas enfrentados pelo uso de agrotóxicos, Coll (2021) analisa que a transição de fazendas baseadas na pecuária para o monocultivo tem intensificado o desmatamento na região. Estudo realizado pelo Imaflora e Instituto Centro de Vida evidenciam que 1,4 milhões de hectares foram desmatados em Mato Grosso entre os anos de 2012 e 2017. Dados de monitoramento desenvolvido pelo MapBiomas Alertas explicitam que, em 2019, nos municípios de Cáceres e Poconé, foram emitidos 29 alertas de desmatamento. Desses, 20 foram no município de Cáceres, significando a perda de 290.585 hectares de vegetação; em Poconé, foram nove alertas, representando 83.901 hectares desmatados.

O desmatamento se agravou ainda mais no ano de 2020, frente aos incêndios florestais que destruíram uma área de 116.783 hectares, o equivalente ao estado do Rio de Janeiro, ou seja, 36% do bioma Pantanal (ICV, 2020). As investigações de órgãos competentes apontam que os incêndios que atingiram o Pantanal podem ter sido iniciados em fazendas de pecuaristas e produtoras de soja, no município de Poconé-MT. Essas fazendas são fornecedoras diretas de gigantes do agronegócio, como JBS, Marfrig e Minerva. Nesse sentido, o fogo é uma maneira rápida de produtores conseguirem realizar a limpeza das áreas.

O fogo que atingiu o Pantanal em 2020 trouxe consequências imensuráveis à fauna, à flora e à população que vive nessa localidade. Em meio a um verdadeiro cenário catastrófico, espécies lutaram para tentar fugir do fogo e as que conseguem lutam para sobreviver em meio à grave escassez de alimentos e água. Segundo a WWF (2021), o

fogo matou 17 milhões de vertebrados no Pantanal em 2020 e devastou 27% da cobertura vegetal do bioma Pantanal.

É fundamental frisar que ambos os municípios são integrantes do bioma Pantanal, com importantes rios e corpos d'água que influenciam diretamente o pulso de inundação desse bioma. A crescente expansão agrícola levanta preocupações sobre os impactos socioambientais que podem ocorrer devido à intensificação das atividades agrícolas na região. Vale ressaltar que os dados de expansão da soja não se assemelham com os da microrregião Centro do estado de Mato Grosso, mas que a preocupação e cuidados é que o cultivo extensivo de soja geralmente requer o desmatamento de áreas naturais, o uso intensivo de agroquímicos e a demanda por grandes quantidades de água para irrigação. Isso acarreta sérios casos de poluição e desequilíbrios ao ecossistema local, causando danos ao Pantanal, aos camponeses e às comunidades tradicionais que dependem da integridade e bem-estar desse bioma.

Desse modo, a inquietação é devida à introdução da soja em região pantaneira – além dos danos causados pelo garimpo (presente em Poconé) – associada ao uso intensivo de agrotóxicos, que passará a multiplicar a contaminação das águas do Pantanal (SCHLESINGER, 2014 p. 36). O referido autor ainda atesta que tais ações podem comprometer toda a população local, intensificando situações de escassez e contaminação hídrica, assim como o avanço do desmatamento.

Conforme Silva e Sato (2012), as mudanças ocorridas no padrão de uso e de ocupação das terras são impulsionadas por intervenções de políticas governamentais que têm por premissa básica os ditames do mercado mundial, responsáveis por retrocessos econômicos e por acarretarem consequências negativas ao ambiente e aos grupos sociais, tornando-se propulsores de conflitos socioambientais. As autoras avaliam que esses conflitos surgem quando ocorre a dominação do espaço ambiental pelo poder do capital e esses interesses convergem nos territórios apropriados. A presença de grupos sociais nesses territórios está calcada em valores diferenciados e formas distintas de racionalidade, bem como em vivências que se contrapõem ao desenvolvimento econômico capitalista.

Estes são apenas alguns dos conflitos presentes nessa área de estudo. Estão presentes também conflitos por apropriação irregular de terras públicas, além de conflitos em decorrência de denúncias de utilização de trabalho análogo ao de escravo em lavouras

monocultoras na região. Elas utilizam mão-de-obra de trabalhadores camponeses leigos e que muito necessitam de trabalho para sobreviver.

Camponeses e a produção sustentável de alimentos no Alto Pantanal: contraponto ao agronegócio da soja

Historicamente, o campesinato foi sempre marcado por intensos conflitos e lutas no campo. Por diversas vezes houve a intenção de se efetuar o apagamento da imagem do camponês para dar espaço à expansão do grande capital no campo. Intensos conflitos por terras marcam a concentrada estrutura fundiária brasileira. Visando o silenciamento, pouco se diz sobre quem realmente foram os protagonistas desses intensos embates entre camponeses e latifundiários. Como elucida Martins (1995):

A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a *sua participação nesse processo* – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. (MARTINS, 1995. p. 25).

Martins (op. cit) analisa ainda que esse escamoteamento é algo necessário e intencional, para que, assim, o camponês seja forjado como o excluído, o inferior, um ausente da construção histórica brasileira. O referido autor acrescenta ainda que o camponês passa a ser compreendido como: *ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado* (MARTINS, 1995 p. 25 grifo do autor).

Para Fernandes (2014), os governos de quase toda a América Latina vêm cada vez mais buscando substituir o conceito de campesinato pelo de agricultura familiar em suas políticas de desenvolvimento. O autor busca evidenciar que camponeses e agricultores familiares partem da mesma relação social e são os mesmos sujeitos.

Nesse sentido, uma nova forma de conceituar o camponês passa a ser amplamente divulgada em um período de política neoliberal no Brasil, sendo utilizada a expressão “agricultura familiar”. Segundo Wanderley (2014), tais ações de mudança do termo campesinato para a expressão “agricultura familiar” visa diluir o conteúdo histórico-político carregado na palavra camponês. Desse modo, agricultores familiares passam a ser compreendidos como produtores mais evoluídos e categorias mais próximas aos interesses do agronegócio. Ainda segundo Wanderley, agricultores familiares são

percebidos por muitos como integrantes da cadeia produtiva do agronegócio como categoria genérica.

Segundo Almeida (2003), a ideia do ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única, reconhecida no assentamento pelo nome, pelo apelido, pelo estilo de vida que expressa o *habitus*, não como tradição, mas enquanto manutenção, renovação e inovação. É a partir disso que os camponeses se relacionam com a sociedade, combinando elementos específicos que os tornam e os identificam como subjetivo ao ser. Portanto, a autora supracitada evidencia que o processo de (re)criação se faz contraditoriamente como uma relação não capitalista, convivendo-se com o franco crescimento capitalista e formando um cotidiano de luta e enfrentamento para continuar existindo/resistindo. Como afirma Shanin (*apud* MOURA, 1988, p. 17), “se os camponeses continuarem existindo nos dias de hoje é provável que continuem a existir por muito tempo”.

Como mencionado por Rossetto (2011, p. 50), a agricultura camponesa enquanto classe social é responsável pela segurança alimentar do planeta. Com o advento da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ela passa a ser contabilizada nas estatísticas oficiais do IBGE, a partir do Censo agropecuários de 2006, denominadas como agricultura familiar.

As pequenas propriedades rurais do Pantanal advêm do sistema sesmeiro, caracterizado pelas doações de terras destinadas à lavoura e pecuária, ocorridos principalmente a partir de 1727 no estado e que muito contribuíram para a configuração e dificuldade atuais enfrentadas dos camponeses para ter acesso à terra que se concentra nas mãos de poucos latifundiários (ROSSETTO, 2004, *apud* ROSSETTO, 2011, p. 51). Diante do avanço da agricultura capitalista no campo, no Alto Pantanal mato-grossense, uma região de extrema importância ambiental e econômica, caracterizada por sua rica biodiversidade, passa a figurar o dualismo de concepções produtivas: a agroecologia e agronegócio, com premissas produtivas distintas. A busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental tem sido um dos desafios para a sustentabilidade da região. Nesse contexto, explorar perspectivas sustentáveis de produção torna-se fundamental para garantir a conservação dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades locais.

Como demonstra estudo realizado por Rossetto *et al.* (2021, p. 4), agricultores familiares residentes no estado buscam a resiliência, alternativas para conquista e

permanência na terra, combater a insegurança alimentar e preservar aspectos de sua cultura e práticas coletivas.

Uma possibilidade sustentável evidenciada na região é a formação de associações/cooperativas que possibilitam a construção e reformas de áreas destinadas ao trabalho cooperado. Como exemplo de ações coletivas cooperadas, temos a formação de cooperativas destinadas à produção coletiva da farinha de mandioca em Poconé. A Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Benedito, em Poconé, produção cooperada de camponeses na Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Poconé-MT (COMPRUP), atua na produção de banana frita, castanha de cumbaru, açúcar mascavo, farinhas multimisturas de banana e bocaiuva, rapadura de mamão, farinha de mandioca, pinga de alambique e diversos outros produtos comercializados *in natura*.

Há, ainda, a produção de rapadura pela agroindústria do assentamento Santa Filomena, em Poconé, produzindo rapaduras, principal fonte de renda dos assentados e fruto do trabalho cooperado. A Associação dos Produtores de Rapadura de Poconé, por meio do trabalho junto à comunidade, está em processo de construção de um galpão destinado à produção de rapadura para uso dos produtores e produtoras.

Como demonstra Altieri (2012), pequenos agricultores tradicionais tendem a cultivar ampla variedade de cultivares. A diversidade de produtos que pequenos agricultores extraem a partir do seu trabalho em seus lotes, alimentos básicos e de extrema importância para a alimentação da população.

A busca por uma produção agroecológica está presente em boa parte dos assentamentos visitados. São produções de alimentos diversificados e que presem pelo uso mínimo ou nulo de substâncias que possam comprometer a integridade de uma produção livre de defensivos.

Aqui no meu lote faço tudo para produzir sem usar veneno. Sempre que começo observar alguma praga iniciando na plantação já dou logo um jeito de combater. Nos meus pés de limão mesmo, combati os pulgões tudo com água de sabão. (Assentamento Vale do Mangaval, Cáceres, 2021).

A produção de alimentos que considere o bem-estar e cuidado com o ambiente, a agroecologia se mostra eficiente, pois fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza como também dos agroecossistemas (ALTIERI, 2012 p.23). Sendo assim, a produção de alimentos nos assentamentos camponeses é uma forma de aquisição de renda básica e alimentação para a família, e o

uso de técnicas que visam garantir a qualidade dos alimentos e baixos impactos no solo buscam sempre garantir e preservar a devida cobertura natural dos solos.

A produção de arroz é observada em alguns lotes dos assentados, mesmo diante de muitas dificuldades para o beneficiamento e comercialização: *“Plantar arroz é mais pra nós comer mesmo, porque fica muito caro ter que levar pra cidade para o beneficiamento, aí preferimos plantar só pra nós mesmo e conseguir retirar a casca dele batendo, fica mais fácil pra nós assim. Mas quando voltar a chover quero plantar mais”* (Assentamento Facão, Cáceres, 2019).

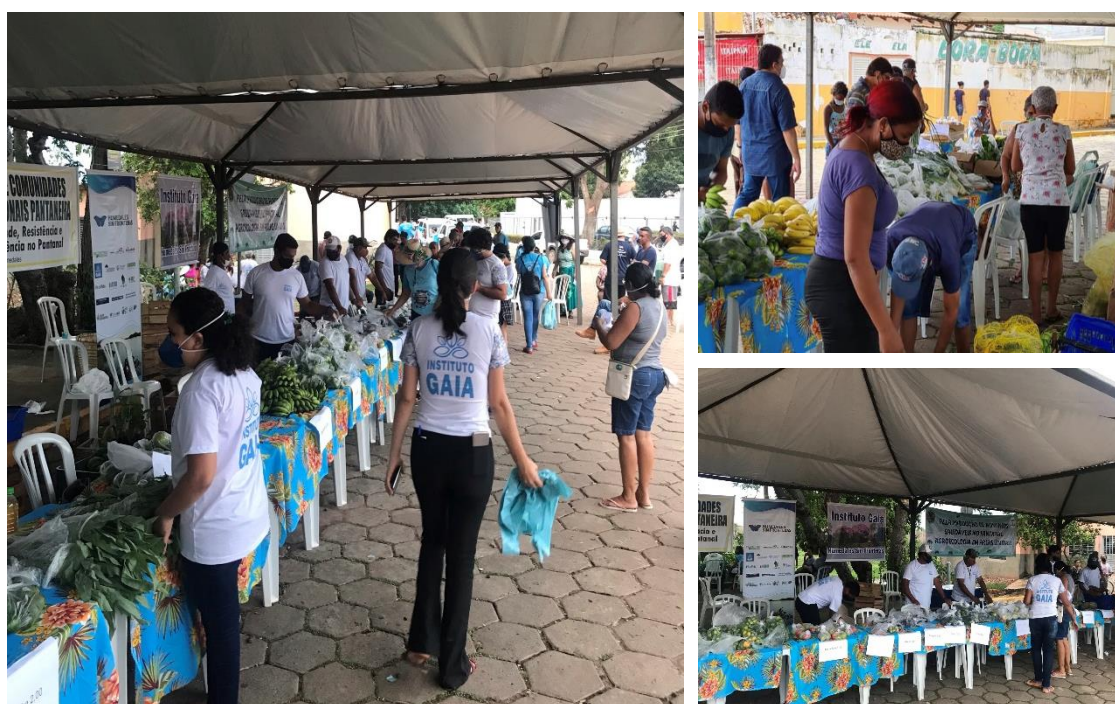
A diversidade na produção é encontrada em cada lote visitado, são hortas, frutas, verduras, legumes, cana-de-açúcar, dentre outros cultivos. Todos os produtos são destinados à alimentação das famílias e à venda nos mercados e feiras locais. São alimentos que, em boa parte, são produzidos de maneira orgânica, mesmo diante de diversas dificuldades para sua produção, tais como: escassez de água, solo empobrecido, animais silvestres na plantação devido à pouca disponibilidade de alimentos para eles, agrotóxicos trazidos pelo ar devido à proximidade com as lavouras de soja próximas. Os embates produtivos como os citados, não apenas ressaltam a resiliência dos camponeses locais, como também apontam para a necessidade da adoção de estratégias e políticas públicas mais eficazes para superação de desafios e promoção de uma produção sustentável na região.

Conforme descrição da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) o maior desafio da segurança alimentar hoje é o acesso à alimentação adequada e saudável que seja dada de forma permanente e sustentável. Partindo desse princípio da construção de práticas sustentáveis de produção no campo, podemos citar a formação de cooperativas nos assentamentos como forma de impulsionar a economia local, visando adquirir benefícios e melhorias nos assentamentos, como é o caso das cooperativas para fabricação de rapadura, de banana *chips*, castanhas e frutos típicos do Cerrado em Poconé. Toda essa produção é proveniente do emprego de técnicas agroecológicas que visam a qualidade da produção e o bem-estar do ambiente natural.

Outro exemplo notável da organização dos camponeses assentados na área de estudo desta pesquisa se destaca no período da pandemia de COVID-19, que acometeu o mundo nos últimos dois anos e levou milhares de pessoas à insegurança alimentar em decorrência do aumento do desemprego nesse período. Em iniciativa realizada pelos

assentamentos da região de Cáceres, em parceria com o Instituto Gaia, Grupo Fé e Vida e a ONG *Humedales Sin Fronteras* – que estabelece a união entre Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Holanda e atua na defesa, conservação e restauração das zonas úmidas da bacia do Prata, bem como proteção da soberania e valores histórico-culturais das comunidades (FARN, 2020) –, foi realizada, no dia 12 de novembro, data que antecede a celebração do “Dia do Rio Paraguai”, em 14 de novembro, a doação de 100 cestas básicas às famílias necessitadas (Figura 4). Essa ação foi planejada objetivando reforçar a importância da produção livre de insumos químicos e o acesso da população a alimentos de qualidade, demonstrando a solidariedade das comunidades diante dos desafios socioeconômicos enfrentado pela população carente.

Figura 4 – Feira agroecológica de doação de alimentos à população carente de Cáceres



Fonte: Autores, 2021.

O trabalho camponês não é estático. É um trabalho que possibilita interação e ajuda de todos os membros da família e da comunidade, fortalecendo, assim, laços afetivos e garantindo-se a transmissão de conhecimentos milenares que necessitam ser resguardados. Como aponta Moura (1988), o conhecimento adquirido pelo camponês já existia muito antes do que vem a ser a concepção do que é ciência:

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas à determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de *ciência*. (MOURA, 1988, p. 9).

O camponês dedica quase todo seu tempo para cuidar do que produz. É um trabalho que extrapola horas e dias úteis da semana. Ele sabe que terá que estar presente na plantação mesmo aos domingos ou até avançadas horas após o anoitecer, para intervir em potenciais reparos e imprevistos de podem surgir ou mesmo realizando plantações ou colheitas, como evidenciado no relato de uma família assentada em Cáceres. A promoção de uma produção sustentável por meio da agroecologia contribui para a construção de sistemas alimentares mais equitativos, resilientes e harmônicos com o meio natural. A urgente necessidade do enfretamento dos desafios relacionados à segurança alimentar da população.

Considerações finais

Frente à complexidade e desafiadoras questões levantadas neste estudo, é notório que a expansão da monocultura da soja advém de um processo multifacetado e que requer cautela para sua projetada expansão e adensamento nessa região. As análises dos conflitos e perspectivas mais sustentáveis frente à expansão do monocultivo agrícola ressaltam a importância de buscar soluções que promovam as práticas que visam o cuidado e bem-estar do meio natural, associado a justiça social e assegurando a continuidade e vivência de populações que optam por viver em seus espaços.

A expansão sojicultora em uma região tradicionalmente habitada por quem busca viver da terra, produzindo e comercializando seus produtos, é uma ação que deve ser estudada e debatida com a sociedade local. A monocultura vem para a região sob o *slogan* de “desenvolver”, no entanto sabe-se que esse desenvolvimento só atinge uma parcela restrita da população, pois são os grandes latifundiários que passam a produzir *commodities*. É necessário, portanto, que políticas públicas visem incentivar as populações camponesas a permanecerem em seu local de origem, fornecendo subsídios e acesso à terra, assim como se dá com os grandes produtores rurais presentes nessa região.

Em suma, é crucial que à cultura alimentar orgânica e sustentável seja cada vez mais dada a devida atenção por parte do poder público, assim será possível combater a pobreza e a escassez de alimentos para as populações que se encontram em insegurança alimentar; e principalmente para que todos tenham direito a consumir uma alimentação equilibrada e saudável.

Referências

ALMEIDA, R. A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo: Presidente Prudente, 2003.

ALMT - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. 2022. **Projeto de Lei nº 8.830 de 21 de janeiro de 2008**. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/deputado-quer-barrar-projeto-de-lei-que-autoriza-plantio-de-soja-no-pantanal/visualizar> . Acesso em: 10 de jan. 2024.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**. n. 16 (13) 2012. p. 22–32. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**. Goiânia, v. 10, n.1, 2007. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719>

BRASIL. Conselho Nacional dos direitos Humanos. **Resolução nº 24 de 16 de setembro de 2022**. Disponível em:< <https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucao-n-24-de-16-de-setembro-de-2022>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

COLL, L. **O Pantanal camponês ameaçado pelo agronegócio**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2021. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-pantanal-campones-ameacado-pelo-agronegocio/> Acesso em: 28 jun. 2022.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim Safra de grãos**. 2023. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. Cáceres e Região Sudoeste – MT. **Cáceres: a nova fronteira da soja em Mato Grosso**. 2014. Disponível em:< <http://www.nascentesdopantanal.org.br/noticias/caceres-a-nova-fronteira-da-soja-em-mato-grosso>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja**. Londrina - PR Ministério da Agricultura e Abastecimento, 2020. Disponível em:< <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2021).

Marco estratégico para 2022-2031. Roma: FAO. Disponível em:

<https://www.fao.org/strategic-framework/es> . Acesso em: 15 jan. 2024.

FERNANDES, B. M. Cuando la agricultura familiar es campesina. *In.*: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: Propuestas y desafíos**. Quito, Equador: Editorial IAEN, 2014.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Territorialização da produção de soja no Brasil: 1990-2002. *In.*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais...** Gramado, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Brasileiro de 2017**. Rio de Janeiro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2021**. Rio de Janeiro.

ICV - Instituto Centro de Vida. **Estudos identifica 95% de ilegalidade nos desmatamentos em fazendas de soja em MT**. 2020. Disponível em:<
<https://www.icv.org.br/2020/06/estudo-identifica-95-de-desmatamento-ilegal-em-fazendas-de-soja-em-mato-grosso/>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Valor da terra nua em Mato Grosso/ha**. < chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcgclclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fantigo.incra.gov.br%2Fmedia%2Fdocs%2Fmercadoterra%2Framt_sr13_2019.pdf&clen=1562471&chunk=true >. Acesso em: 4 de jan. 2022.

MAMIGONIAN, A. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. v. 1 n. 1. **Revista GEOSUL**, 1986.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes. 1995.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2.ed. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios. 1988.

ROSSETTO, O. C. Dinâmica Agrária e Resiliência Camponesa: estudo comparativo entre o lócus do agronegócio e o Pantanal Mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, 1(68-69), p. 49–64, 2011.

ROSSETTO, O. C. *et. al.* Solidarity economic enterprises of family agriculture - rede de Cooperação solidária de mato grosso /recoopsol: analysis of Socio-environmental sustainability indicators. **International Journal of Development Research**, 11, (01), p. 43252-43263, 2021.

ROSSETTO, O. C.; SILVA, L. L. da. Interfaces da estrangeirização de terras e do agronegócio em Mato Grosso – Brasil. **Revista Nera**, v. 27, n. 1, Presidente Prudente, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i1.9795>

SCHLESINGER, S. **Pantanal por inteiro, não pela metade**: soja, hidrovia e outras ameaças à integridade do Pantanal. Mato Grosso, Brasil, 2014.

SEDEC/MT - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso. **Observatório de desenvolvimento**. Produção de Grãos. 2021. Disponível em:< <https://www.sedec.mt.gov.br/-/14352337-producao-de-graos-por-municipio>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SILVA, M. J. da; SATO, M. T. **Territórios em tensão**: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso-Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000100002>

SILVA, T. P. da; *et al.* Conflitos socioambientais relativos ao avanço do cultivo de soja na região Sudoeste de Mato Grosso: questões preliminares. **Ciência Geográfica**, v. XXI (1): Bauru–SP, jan./dez. 2017.

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural. **Consulta pública**. Disponível em:<https://snrc.serpro.gov.br/snrc-web/public/pages/index.jsf?faces-redirect=true&windowId=805> . Acesso em: 24 mar. 2022.

VILA DA SILVA, J. dos S.; ABDON, M. de M. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. **Pesq. Agropec. Bras.**, v. 33, n. Especial, p. 1703 – 1711. Brasília, DF, out. 1988.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

WWF - World Wide Fund for Nature. **Fogo matou 17 milhões de vertebrados no Pantanal em 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?80028/Fogo-matou-17-milhoes-de-vertebrados-no-Pantanal-em-2020> Acesso em: 3 mar. 2022.

Recebido em 04/09/2023.

Aceito para publicação em 23/01/2024.